

Investimento fora de foco

GDF faz contrato sem licitação por R\$ 289 mi, e escolas esperam reformas

LÍVIO DI ARAÚJO E NATÁLIA CHAVES

O número de escolas do Distrito Federal aguardam, há oito, dez, 12 anos, por reformas. Estudar em uma escola reformada seria a felicidade de muitos alunos da rede pública, mas custaria ao governo R\$ 1,75 milhão por unidade. O sonho fica ainda mais distante devido a Lei 8.666, dos processos licitatórios. Porém, é essa mesma lei que abre brechas para o que GDF contrate, sem licitação, empresas que oferecem serviços ao governo. Na área da Educação, por exemplo, um contrato de R\$ 289.787 milhões entre a Secretaria de Educação e a empresa Sangari do Brasil, levou para escolas que sequer possuem um bebedouro, cartilhas e kits de ciências (com balões, durex, copos descartáveis, sal, açúcar, filme de embalar alimentos, entre outros produtos) do programa "Ciência em Foco".

O valor e a ausência de licitação chamaram a atenção do Tribunal de Contas do DF (TCDF)



ISABELA LYRIO

Kit entregue em 402 escolas conta com cartilhas, armário e material para experiências

que, após receber justificativas do governo, autorizou que os pagamentos fossem realizados. Com o valor que será pago à Sangari ao longo de cinco anos de vigência do projeto, o GDF poderia reformar 165 escolas da rede pública. De acordo com a Secretaria de Obras, a construção de uma escola de ensino médio custaria cerca de R\$ 3,5 milhões ao governo. Ainda de acordo com o órgão, metade desse valor (R\$ 1,75 milhão) seria suficiente para a reforma de uma escola do mesmo tamanho. Atualmente, o DF conta

com 620 instituições de ensino e se o dinheiro usado para contratar a Sangari fosse revertido em construções de novas escolas, a rede pública passaria a contar com mais 82 novas instituições.

Segundo o professor da Faculdade de Educação da UnB, Erasto Fortes, a contratação é, no mínimo, incoerente. "Não é possível adotar como padrão um kit de ciências e dizer que ele vai atender da mesma forma as realidades diferentes de cada escola. Isso fere, inclusive, a Constituição, que prevê que professores, diretores e comuni-

dade montem seus próprios modelos de gestão, que atendam às necessidades de seus alunos", contesta. Fortes, é especialista em Políticas Públicas e Gestão da Educação e considera o programa como a "privatização da educação pública". "Não é possível que alguém considere ético, mas o Ministério Público deve estar atento. É a privatização do ensino de Ciências nas escolas públicas."

A exemplo do que afirma o especialista da UnB, o "Ciência em Foco" não atende as necessidades de escolas da rede pública

em áreas de baixa renda. Uma fonte da Regional de Ensino do Recanto das Emas confessou que, embora as escolas da região tenham recebido os kits do "Ciência em Foco" – a qual ela resalta os méritos –, o programa poderia ter sido substituído por projetos muito mais baratos e com resultados mais efetivos para realidade daquela cidade. "Um ônibus que funcionasse como biblioteca, por exemplo. Não sei quanto custa, mas certamente com R\$ 289 milhões, cada região poderia ter o seu. Aqui (Recanto das Emas), facilitar e estimular a leitura é um dos nossos maiores desafios", confessa. Na cidade, outro exemplo de aplicação desse valor: o Centro de Ensino Fundamental 510 funciona há nove anos em estrutura provisória e, sem licitação, não pode ser reformado."

Em Santa Maria, a Escola Classe 203 também sofre com o descaso e espera por licitação para passar por reformas. A primeira escola da cidade está em péssimas condições. Faltam de bebedouros a vasos sanitários. De acordo com a Secretaria de Educação, após aprovada licitação, a escola só será entregue à população em 2010. No entanto, essa é uma das 402 escolas do DF que receberam o kit do programa.